

CADERNOS
TEORIA e DEBATE



OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO

[SÉRIE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL]

MEIO AMBIENTE



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

CADERNOS TEORIAeDEBATE

[SÉRIE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL]

MEIO AMBIENTE

Núcleo de Acompanhamento de Políticas
Públicas Ambiental

Fevereiro/2022

Este *Caderno Teoria e Debate* faz parte da série *Reconstrução e Transformação do Brasil*: um conjunto de elaborações que tem como objetivo problematizar questões da sociedade contemporânea e propor políticas públicas para o Brasil, realizado no âmbito do Centro de Altos Estudos e dos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPPs). Esses cadernos constituem subsídios para o debate propositivo e de alternativas para o país e não têm caráter de resolução partidária, programa de governo, além disso não necessariamente expressam as opiniões da direção da Fundação Perseu Abramo. As opiniões expressas neste documento são de responsabilidade dos autores.

EXPEDIENTE

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vívian Farias

Elen Coutinho, Jéssica Italoema, Alberto Cantalice, Artur Henrique, Carlos Henrique Árabe, Geraldo Magela, Jorge Bittar e Valter Pomar

Conselho Curador

Dilma Rousseff (presidenta de honra), Fernando Haddad (presidente), Ana Maria de Carvalho, Ademar Arthur Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Avelar Sampaio, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, Laís Wendel Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

Coordenação Editorial da Coleção: Rose Spina

Equipe editorial: Rogério Chaves, Raquel Costa e David da Silva Jr.

Editoração e capa: Camila Roma

Revisão: Cláudia Andreotti, Angelica Ramacciotti

Membros do NAPP Ambiental

Coordenação: Nilto Tatto, Roberto Vizontin e Vicente Andreu

Integrantes: Abelardo Oliveira, Aderbal de Holleben Mello, Afonso Florence, Agnes Franco, Airton Faleiro, Alencar Santana Braga, Álvaro Alencar, Ana Rita Tavares, Bira Rodrigues, Cassio, Celio Costa Pinto, Cláudio Langone, Cleberson Binho Carneiro Zavaski, Daniel Gaio, Darci Zanini, David Lourenço, Edison Ribeiro, Eduardo Topázio, Egon Krackeche, Elenise Faria Scherer, Elizabeth M. Souto Wagner, Elisangela, Enaile Iadanza, Eufra Ferreira do Amaral, Fernanda Salgueiro, Francisca A. Silva, Gerson Gomes, Gilmar Mauro, Henrique S. Pereira, Jairo Menegaz, Jhonathan Vieira Malta, João Bosco Senra, João Pedro Gonçalves, Jorge Viana, José Augusto Tosato, José Machado, José Oeiras, Jéssica Italoema, Juca Ribeiro, Kátia Maria, Leopoldo, Luiza Dulci, Manoel Andrade, Marcelino Galo, Marcos Sorrentino, Marco Vidal, Marenilson Batista, Maria Kaze, Marilene Correia, Maxwell Guerra Cunha Santos, Moisés Savian, Nilto Tatto, Nilton Tubino, Penildon Silva Filho, Osvaldo Luis Pittaluga e Silva, Paulo Guilherme Francisco Cabral, Raimundo Bombril, Renata Feno Neves, Ricardo Guterman, Roberto Vizontin, Rosalvo de Oliveira Junior, Rosi Batista, Suelma Ribeiro Silva, Titan de Lima, Valmir Ortega, Vanessa Negrini, Vicente Andreu, Vitor Sarno.

Centro de Altos Estudos (CAE)

Coordenador-executivo: William Nozaki

Membros do Coletivo do Setorial de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT (Gestão 2019–2022)

Nilto Tatto (Secretário), Agnes de Oliveira Franco, Alessandro Antonioli, Alexandre Arthur de Sena Santos, Antonio Luisarto Fidelis, Benedito Wellington Cunha Pereira, Daniel Fernandes da Silva, Darci Barnech Campani, Davi Fernandes da Silva, Deyvidson Giulliano Xavier de Paula, Edison Ribeiro dos Santos, Elis Regina, Elizabeth Maria Souto Wagner, Expedito Veloso, Fabio Tadeu Buonavita, Francisca Lilian Macena Ribeiro, Geraldo Vitor de Abreu, Iolanda Rodrigues Rocha, Jauster Ferreira de Lima, Lyanne Karoline de Carvalho Santos, Leandro Afonso Cruz, Linei Christiane Pereira da Silva, Joao Pereira Neto, Jose Maria Lopes Oieras, Júlia Feitoza, Moisés Savian, Rosi Batista da Silva, Rosiane Cristina Pereira da Silva, Sebastião Ribeiro de Souza, Silvia Helena Costa Brilhante e Yuri Darlon Gois de Almeida.

Participação no Ciclo de Debates

O NAPP Ambiental e a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT (SMAD) agradecem a todas e todos que contribuíram para realização do Ciclo de Debates que promoveu 14 Seminários temáticos que trouxeram riquíssimos subsídios para a elaboração deste documento. Assim, agradecemos a: Agnes Franco, Anne Moura, Arnaldo Tifu, Alex Lacerda, Amauri Pollachi, Ana Paula Prates, Benny Schasberg, Bete Wagner, Camila Gramkow, Camila Pontes, Carina

Oliveira, Carlos dos Santos, Catia Nunes Cunha, Celio Costa Pinto, Claudio Sclair, Cláudio Langone, Clovis Cavalcanti, Cristina Celia Silveira Brandão, David Livingston, Eduardo Luvizetto, Edson A da Silva, Fernando Haddad, Flavia do Amaral, Frank Alarcón, Francisca Adalgisa, Gleisi Hoffmann, Gina Rizpha, Givânia Silva, Gilney Viana, Gonzalo Berron (FES), Izabella Teixeira, Jaques Wagner, João Bosco Senra, José Machado, Júlio Barbosa, Leo Heller, Leonardo Luvizetto, Leandra Gonçalves, Luciana Ferrara, Luiz Marques, Márcio Ackermann, Martvs Chagas, Marco Fernandes, Marivelton Baré, Marlucia Bonifácio Martins, Maureen Santos, Márcio Astrini, Maria Silvia Rossi, Marta Rodrigues, Maurício Ruiz, Moisés Savian, Mercedes Bustamante, Nilce Pereira, Nilso Gabas, Nilto Tatto, Paulo Cayres, Pedro Côrtes, Pedro Jacobi, Raimunda Monteiro, Renata Belzunces, Roberta Graf, Roberto Messias, Rosalvo de Oliveira Junior, Saïd El Khadraoui, Suelma Ribeiro, Suely Araújo, Vanessa Empinoti, Vanessa Negrini, Vicente Andreu, Vicente Ataíde Junior, Veronica Veloso, Toya Manchinery e Titan de Lima.

O NAPP Ambiental agradece a Fundação Friedrich Ebert Brasil (FES Brasil) pela parceria e apoio na realização do Ciclo de Debates e na produção deste material. Também agradecemos a Amazônia 2030, Instituto Sociambiental (ISA), Coalisão Carta de Belém e com lideranças da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), organizações e movimentos com os quais foram realizados diálogos para construção do caderno.

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana 04117-091 São Paulo - SP

Fone: (11) 5571 4299 - www.fpabramo.org.br

SUMÁRIO

Apresentação.....	06
Legado dos governos petistas	08
Golpe e o governo Bolsonaro: retrocessos na agenda ambiental brasileira	10
Meio ambiente: propostas para reconstrução e transformação do Brasil.....	14
Crise socioambiental, mudanças climáticas e estratégias para transição ecológica.....	14
Amazônia e os biomas brasileiros	16
Água, energia, usos múltiplos e saneamento.....	20
Resíduos sólidos	22
Oceanos	23
Direitos dos animais	25
Política ambiental e o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente.....	28
Os povos e comunidades tradicionais no Brasil: demandas históricas.....	32
Histórico de lutas pelo reconhecimento	32
Contexto atual: retrocessos no governo Bolsonaro	34
Propostas para um novo governo democrático e popular	35

Apresentação

O planeta vive hoje uma crise ecológica sem precedentes. As ações dos governos, das empresas e da sociedade foram insuficientes para enfrentar as mudanças climáticas e as perdas de biodiversidade nas últimas décadas. Após 50 anos do relatório do Clube de Roma “os limites do crescimento”, mais de três décadas do relatório “nosso futuro comum” (1987) e quase 30 anos do primeiro relatório do IPCC, e das primeiras conferências sobre Meio Ambiente e Clima das Nações Unidas, estamos em uma encruzilhada histórica. Entre as razões deste fracasso, destacam-se o *lobby* de setores como o do agronegócio e de indústrias poderosas como a do petróleo e outras indústrias extrativas, que teriam prejuízos com as medidas necessárias, incluindo, corte de subsídios e outros incentivos. Soma-se a ausência de uma governança global que cobre dos países, especialmente os desenvolvidos, responsabilidades pelo alcance dos objetivos e metas pactuadas.

Uma governança efetiva só poderá ser estabelecida dentro de uma arquitetura multilateral, pois não se pode admitir que o poder de regular esses acordos fique nas mãos dos países centrais e das grandes corporações. O Brasil reúne as condições para ser protagonista da construção de uma agenda global de transição ecológica. Estamos entre as principais economias, possuímos uma grande extensão territorial e a maior biodiversidade e diversidade étnica cultural do planeta. Frente aos desafios enormes, é preciso que o Partido dos Trabalhadores (PT) seja o grande protagonista no debate ambiental a partir de uma perspectiva ecossocialista.

A Fundação Perseu Abramo (FPA) e o Partido dos Trabalhadores (PT) não têm medido esforços para elaborar propostas para a transformação do país. Sem perder de vista o legado de mais de

quatro décadas da nossa luta e em uma conjuntura bastante difícil, foi elaborado e publicado em 2020 o “Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil”¹. O Plano tem uma grande amplitude, mas os desafios e a evolução da conjuntura ambiental, social, econômica e política nacional e global tornam necessárias propostas mais elaboradas na perspectiva de um novo governo progressista.

Nesse contexto, o Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas de Meio Ambiente (NAPP Ambiental) e a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento do PT promoveram um ciclo de debates que tiveram como tema central a crise socioambiental e a necessidade de uma profunda transição ecológica. Foram realizados quatorze seminários sobre os mais variados temas, os quais foram sistematizados e utilizados para a elaboração deste documento. Todo esse processo contou com a importante participação e apoio da Fundação Friedrich–Ebert–Stiftung (FES Brasil) a quem nós registramos nosso agradecimento. Assim, apresentamos este caderno *Meio Ambiente* como uma contribuição da FPA e do PT para a reconstrução e transformação do Brasil.

1. FPA. *Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil*: outro mundo é preciso outro Brasil é necessário. FPA: São Paulo, 2020.

Legado dos governos petistas

A atuação dos governos petistas transformou a agenda socioambiental em compromisso de todas as instâncias e criou as condições para que o Brasil assumisse a liderança nas negociações internacionais. Essa trajetória teve início já em 2003, com a constituição do Grupo Permanente de Trabalho Interministerial (GPTI) que formulou o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM). Com um conjunto de medidas desenvolvidas, como a criação de unidades de conservação, estratégias de comando e controle e o fomento a atividades produtivas sustentáveis, que foram adaptadas e melhoradas ao longo do tempo, o PPCDAM resultou em uma redução de 82% na taxa de desmatamento anual na Amazônia entre os anos de 2004 e 2014².

Nos 13 anos de governos petistas os avanços foram expressivos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), com a criação de 90 novas unidades – o que representa 27% do total existente hoje. Os resultados positivos na política de florestas e de combate ao desmatamento credenciaram o Brasil para assumir o protagonismo nas negociações internacionais sobre o clima e biodiversidade, adotando uma postura ousada na proposição de metas voluntárias relevantes na COP15 e na Rio +20. Com o resultado das políticas públicas e o posicionamento do país na agenda internacional, o Brasil construiu a credibilidade que permitiu intensificar a cooperação internacional em temas ambientais.

Na aprovação do novo Código Florestal, a atuação do governo petista foi fundamental para conciliar a preservação da biodiversidade com a produção sustentável. Além de manter

2. Segundo dados do INPE. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>>. Acesso em: 15 de out. 2021.

conceitos importantes – como o de Área de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL) –, a nova legislação estabeleceu o Cadastro Ambiental Rural (CAR) como instrumento de gestão ambiental nos imóveis rurais e criou especificidades no atendimento à agricultura familiar. Também relacionado à agenda florestal, foi criado o Bolsa Verde, um programa inovador de transferência de renda com condicionalidades ambientais. Foram atendidas 77 mil famílias em extrema pobreza que vivem em áreas com ativo ambiental. Infelizmente, com o golpe e o governo Bolsonaro, essa política, que deveria ter sido ampliada, foi extinta.

Para o fomento à agricultura, foram criadas linhas especiais de financiamento como o PRONAF Agroecologia, que teve como objetivo apoiar a produção agroecológica entre os agricultores familiares. Essa e outras experiências embasaram a criação, em 2013, do Programa Brasil Agroecológico que envolveu dez ministérios em um plano com 125 iniciativas articuladas. A construção conjunta realizada entre o governo e a sociedade civil do Programa é uma demonstração da disponibilidade de diálogo e da participação popular, algo que é uma característica dos nossos governos. O Sistema Nacional de Recursos Hídricos foi fortalecido, com a criação de comitês de bacias de rios federais, na relação com os estados por meio de programas de transferência de recursos e capacitação para a gestão e para alertas hidrológicos, e a Agência Nacional de Águas (ANA) passou a ser um ator relevante no contexto hídrico e ambiental no país e internacionalmente. As obras para transposição de águas do São Francisco assumem definitivamente seu caráter estratégico, como a maior obra hídrica do país.

No saneamento básico, aprovamos o marco regulatório e retomamos o financiamento para as empresas públicas sempre priorizando as áreas mais pobres. Como resultado, os indicadores

dos serviços de água e esgoto responderam positivamente a essa estratégia.

Os governos do PT investiram também em fontes alternativas de energias renováveis, como a hidroelétrica, eólica e solar. As hidroelétricas reforçaram a matriz energética renovável brasileira, gerando impactos positivos nas economias e no meio ambiente local. No caso da energia eólica, o número cresceu de 51, em 2010, para 595 usinas, produzindo comercialmente, o que fez com que nossa produção pudesse abastecer atualmente cerca de 25 milhões de residências por mês.

Devemos ponderar que os projetos de energia, seja ela hidroelétrica, eólica ou solar, devem avaliar os impactos negativos às populações locais e aos biomas, e construir alternativas em diálogo com as comunidades afetadas. Esses exemplos demonstram como, ao longo dos anos, os governos petistas trabalharam para o desenvolvimento sustentável, no entanto, o golpe e posteriormente o governo Bolsonaro interromperam esse processo e iniciaram um verdadeiro desmonte da política brasileira.

Golpe e o governo Bolsonaro: retrocessos na agenda ambiental brasileira

O golpe de 2016 e o governo Bolsonaro dão início à implantação no Brasil de uma antipolítica ambiental. Baseadas no negacionismo científico e no autoritarismo, as reais intenções do governo foram verbalizadas na fatídica reunião ministerial de abril de 2020, na qual o então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles afirmou que era preciso aproveitar a pandemia do coronavírus para “passar a boiada”. Salles sugeriu que o governo desmontasse o arcabouço normativo das políticas públicas, assim como ele estava fazendo na política ambiental, a qual foi construída ao longo de décadas com uma importante participação dos governos do PT. É necessário reafirmar e recuperar o papel do Estado como preponderante e estratégico, como base para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam o bem comum.

A destruição da legislação, a redução da participação social, paralisação das atividades de fiscalização e o desmonte dos órgãos responsáveis pela política ambiental são algumas das ações da antipolítica ambiental do governo Bolsonaro. O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), principal instância de participação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) teve o espaço da sociedade civil drasticamente reduzida. Dos 96 membros, o governo reduziu para 23, restando apenas quatro cadeiras para as organizações ambientalistas. Além de fechar as portas para a participação social, o governo tem diminuído o financiamento dos órgãos de meio ambiente. O orçamento de 2021 foi o menor em 21 anos e retirou recursos de órgãos importantes como o Ibama e o ICMBio, praticamente acabando com as atividades de fiscalização e fragilizando a atuação nas unidades de conservação. Os retrocessos foram em todas as áreas, como no sistema de gestão de águas, enfraquecido e transferido integralmente do Ministério de Meio Ambiente

para o Ministério do Desenvolvimento Regional, retomando a ultrapassada e fracassada concepção utilitarista da água. Como reflexo da antipolítica ambiental, se amplia o desmatamento, o tráfico de madeira, o garimpo ilegal e a grilagem, ações essas que atendem o interesse do grande capital e manipulam as populações locais.

O comportamento do atual governo brasileiro vem refletindo em diversos problemas ambientais que tendem a se agravar com o tempo. O enfraquecimento da fiscalização e das políticas públicas levou ao crescimento do desmatamento ilegal na Amazônia e fez com que o Brasil não cumprisse a meta inscrita na Política Nacional, que era de 3.925 quilômetros quadrados (km²) ao ano até 2020. A falta de ação governamental e a retórica que o meio ambiente é um problema e pode ser manejado de qualquer forma levou o país a registrar recordes de queimadas. A área florestal que foi consumida pelo fogo quase dobrou entre os anos de 2018 e 2019, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Na arena internacional, o governo Bolsonaro tem construído uma narrativa mentirosa e o país tem perdido a credibilidade, recursos e parceiros de projetos importantes para assegurar a preservação dos nossos biomas. Um exemplo é o Acordo de Paris, assinado em 2015, que propõe uma série de compromissos para controlar o aquecimento global. O Brasil foi um dos grandes articuladores da sua assinatura, mas em 2020 o país ficou de fora da lista de nações que integram a Cúpula Climática após o ex-ministro Ricardo Salles condicionar a meta de neutralidade na emissão de gases do efeito estufa até 2060 ao pagamento de 10 bilhões de dólares por ano. Enquanto isso, neste mesmo ano, o Brasil registrava 10.851 km² de desmatamento na Amazônia³, o que é mais que o dobro obtido pelo governo Dilma em 2014.

3. INPE. A taxa consolidada de desmatamento por corte raso para os nove estados da Amazônia Legal em 2020 foi de 10.851 km². Disponível em: <www.inpe.br/noticiais>. Acesso: 30 de set. 2021.

Outras iniciativas e políticas públicas importantes para a transição ecológica foram sendo fragilizadas, como o Programas Bolsa Verde, que foi extinto, ou mesmo o Programa Brasil Agroecológico, que foi abandonado. Em contraposição, o governo Bolsonaro bateu recorde na liberação de agrotóxicos, com 493 produtos formulados aprovados em 2020. Ao todo, seu governo aprovou quase mil produtos, o que corresponde a aproximadamente um terço de todos os agrotóxicos comercializados no país⁴. Destacam-se ainda entre os retrocessos aqueles relacionados à pedalada climática, com a reavaliação das emissões nacionais de 2005, e o estímulo à exploração de queima de combustíveis fósseis, com o fomento à geração a partir de termoelétricas em todo o território nacional. Em conjunto com o avanço do desmatamento e queimadas, essas políticas comprometem que o estado brasileiro contribua para o esforço global, firmado no acordo de Paris em 2015, de evitar um aquecimento de 2°C.

O Brasil pós-Bolsonaro precisará de políticas públicas consistentes e muita organização e mobilização popular. Além de enfrentarmos nossos desafios históricos – como a desigualdade social – precisaremos enfrentar os retrocessos produzidos pelo atual governo. Por isso, o PT e a FPA apresentam propostas para reconstrução e transformação do Brasil tendo como horizonte o ecossocialismo e a transição ecológica para um novo país com dignidade e equidade.

4. Repórter Brasil. Bolsonaro bate o próprio recorde: 2020 é o ano com maior aprovação de agrotóxicos da história. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2021/01/bolsonaro-bate-o-proprio-recorde-2020-e-o-ano-com-maior-aprovacao-de-agrotoxicos-da-historia/>>. Acesso em: 30 set. 2021.

Meio ambiente: propostas para reconstrução e transformação do Brasil

Crise socioambiental, mudanças climáticas e estratégias para transição ecológica

A crise socioambiental e climática deve agravar antigos problemas do desenvolvimento, principalmente a desigualdade, pois a perda de biodiversidade, o aquecimento global e a acidificação do oceano tendem a impactar as populações mais vulneráveis. A pandemia e o governo Bolsonaro produziram uma grave contração no Produto Interno Bruto (PIB), aumentando significativamente o número de pessoas que vivem em situação de pobreza. A retomada do crescimento econômico pode ampliar a degradação de habitats e a emissão de gases de efeito estufa se não for realizada em uma economia em bases sustentáveis. Por isso, o Partido dos Trabalhadores deve defender a recuperação transformadora da economia com sustentabilidade, equidade e dignidade.

O Brasil é uma das principais economias do mundo e tem um grande papel na descarbonização do planeta. A crise socioambiental e as mudanças climáticas podem provocar várias alterações na economia com potencial disruptivo, desorganizador e desestruturador da própria existência humana. Precisamos ter uma política socioambiental e climática que enfrente as desigualdades brasileiras e que contribua com o enfrentamento das desigualdades entre as nações e, para isso, propomos as seguintes medidas:

- Colocar o Brasil novamente com um protagonista internacional nos debates sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas. Para recuperarmos essa posição, precisamos desfazer o que o governo Bolsonaro fez. Precisamos reconstruir nossas políticas nacionais

para podermos ampliar esse debate nas arenas internacionais. São necessárias mudanças profundas para a transição ecológica com inclusão social e geração de empregos em todos os setores – energia, indústria, agricultura e transportes –, a partir de uma economia circular, regenerativa e inclusiva. Também é importante a mudança de paradigma de produção e consumo ligados à ideia do permanente crescimento da produção e exploração dos recursos naturais;

– Criar um *Plano Nacional de Investimentos para Sustentabilidade* em resposta à crise socioambiental e às mudanças climáticas com recursos públicos que tenham condições em curto, médio e longo prazos de produzir um grande impulso para reativar a economia, gerar empregos e renda e auxiliar na mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Os investimentos serão direcionados para setores estratégicos como energético, mobilidade e espaços urbanos sustentáveis, agricultura, indústria e turismo sustentável;

– Apoiar investidores privados em projetos que contribuam para a descarbonização e que possuam metas e objetivos sociais, criando uma *Agenda de Financiamento Sustentável*. Essa agenda deve vir acompanhada de instrumentos que possam garantir que os projetos não causem danos aos objetivos climáticos, como a classificação das atividades e análise dos seus impactos. Deverão ser apoiadas atividades que fortaleçam a produção e consumo sustentável;

– Um meio ambiente saudável e sustentável deve ser direito humano básico para todos os grupos sociais, especialmente os historicamente vulneráveis e discriminados, por isso é preciso reconhecer que o racismo estrutural produz violências, injustiças e desigualdades relacionadas também ao uso dos recursos naturais e aos problemas ambientais. As trabalhadoras e trabalhadores negros, assim como os povos originários, são

os que mais sofrem com as atividades degradadoras, com a poluição ambiental e com a falta de acesso à terra e aos serviços públicos. Para realizar a transição ecológica, é necessário criar uma agenda política de combate ao *Racismo Ambiental* que discuta e busque soluções para os problemas socioambientais ao qual a população negra no Brasil está historicamente submetida. É necessária a ampliação das políticas afirmativas para combater o racismo que envolve ações de reforma agrária e garantia dos territórios, bem como apoio aos empreendimentos sustentáveis dessas populações;

– Fortalecer a luta ecofeminista reforçando o papel das mulheres no enfrentamento à crise, com políticas públicas que empoderem as mulheres que atuam na conservação da biodiversidade;

– A ciência que estuda as catástrofes naturais e humanas tem verificado que a frequência dos acidentes aumentou nos últimos 50 anos devido, entre outros fatores, à intensificação dos eventos associados aos extremos da variabilidade climática⁵. Nesse contexto, é fundamental a criação – de forma integrada com a Defesa Civil e outros órgãos públicos e participação da sociedade civil – de um Plano Nacional de Detecção de Desastres e Catástrofes Ambientais, investindo em pesquisas e tecnologias que permitam o monitoramento e prevenção, mitigação e resposta aos eventos que já estão se intensificando com a crise socioambiental e os efeitos das mudanças climáticas.

Amazônia e os biomas brasileiros

A Amazônia, a Caatinga, o Cerrado, a Mata Atlântica, o Pampa e o Pantanal são patrimônios ecológicos e socioeconômicos do

5. FAPESP. Ciência do desastre – 2019. Disponível em: < <https://revistapesquisa.fapesp.br/ciencia-do-desastre/>>. Acesso em: 26 de jan. 2022.

país e precisam ser protegidos. A riqueza da biodiversidade e a riqueza da diversidade étnica cultural é o nosso passaporte e projeto para o futuro. O processo de ocupação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil levou à supressão de grandes áreas dos biomas e muitas espécies hoje estão ameaçadas de extinção. Na Mata Atlântica, bioma no qual a população brasileira está mais concentrada, restaram apenas cerca de 12,4% da área do bioma original⁶. O Cerrado ocupa cerca de 25% do território e desde a década de 1970 se transformou em uma fronteira de expansão da agricultura. Atualmente, restam apenas 54,4% de vegetação nativa desse bioma, entre formação florestal e não florestal⁷. É necessária uma especial atenção à Caatinga, bioma que ocorre exclusivamente no Brasil e é a região semiárida mais densamente povoada do mundo, que é dos mais fragilizados entre os biomas brasileiros e demanda ações urgentes para o combate à desertificação e para o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis e inclusivas.

As principais fontes de emissões de carbono no Brasil são o desmatamento, as queimadas, a degradação da floresta Amazônica e o modelo agropecuário predominante. A ciência discute se estamos chegando ao ponto de não retorno, a partir do qual não será possível retroceder a devastação que resultaria na perda de áreas significativas da maior floresta tropical do mundo. Os impactos da destruição da Amazônia vão muito além das suas fronteiras, pois sabe-se que os serviços ecossistêmicos produzidos por esse bioma possuem uma importância muito grande no regime hídrico com os chamados rios voadores. A degradação das bacias hidrográficas da região resultou em perda da qualidade da saúde do Atlântico Central, que hoje vive

6. INPE. SOS Mata Atlântica e Inpe lançam novos dados do Atlas do bioma - 2019. Disponível em: <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5115>. Acesso em: 25 de set. 2021.

7. MapBiomias Brasil. Disponível em: <<https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>>. Acessado em: 15 de out. 2021.

avanço do processo de eutrofização e florações gigantescas de algas com sérios prejuízos para o litoral brasileiro e o dos países vizinhos.

Os desafios nos biomas brasileiros requerem a adoção de medidas para conter a devastação e promover a economia em bases ecológicas. Precisamos ter em nosso horizonte estratégico a perspectiva do desmatamento zero e a proteção da sociobiodiversidade. Por isso, propomos um conjunto de medidas que buscam estabelecer um sistema de governança territorial e social para todos os biomas com a valorização dos conhecimentos e usos tradicionais dos povos e comunidades da floresta:

– Implantar o *Plano de Ação para os Biomas Brasileiros*, que reunirá um conjunto de medidas articuladas para o controle do desmatamento, a restauração dos ecossistemas e o fomento às atividades produtivas sustentáveis que possam integrar à floresta e à socioeconomia regional. O plano partirá da experiência criada e desenvolvidas nos governos petistas com os Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento (PPCD) que foram realizadas para os biomas Amazônia e Cerrado. Além do fortalecimento dos instrumentos de comando e controle da política ambiental, o plano de ação terá um forte componente de bioeconomia buscando a valorização dos ativos florestais para fomento a uma economia verde, regenerativa e distributiva;

– Existe uma relação direta entre conservação da biodiversidade, estabilidade climática e bem-estar humano. As iniciativas relacionadas à restauração da vegetação nativa necessitam ser ampliadas e institucionalizadas para estarem compatíveis com a extensão de áreas alteradas e degradadas no país. É possível ganhar efetividade e escala com implementação, por exemplo, de corredores ecológicos e barreiras verdes que possam evitar

o avanço da degradação e desertificação. A restauração da vegetação nativa deve contribuir para a geração de empregos e para o combate à fome no país, e por isso precisa ser encarada como um dos alicerces de desenvolvimento rural, urbano e costeiro sustentável. O PT deve defender a recuperação de pelo menos 12 milhões de hectares de vegetação nativa, o que pode sequestrar 1,39 megatonelada (Mt) de dióxido de carbono (CO₂) da atmosfera e gerar cerca de 200 empregos diretos para cada mil hectares recuperados. É imprescindível que este processo esteja baseado no uso de tecnologias sociais, instrumentos econômicos, na governança participativa e inclusiva de todos os setores da sociedade. Por isso, propomos a criação de uma Agenda da Restauração no âmbito das políticas públicas brasileiras como uma forma de enfrentar as mudanças climáticas e o declínio da biodiversidade;

– Criar o *Programa Observatório da Biodiversidade Brasileira* como um verdadeiro censo para conhecimento dos nossos recursos. A iniciativa fomentará a Ciência, Tecnologia e Inovação relacionada à Amazônia e aos biomas brasileiros, com apoio às universidades, institutos de pesquisa e às organizações sociais. Apoiará a pesquisa básica sobre a floresta, nos ambientes aquáticos e marinhos e toda biodiversidade relacionada, mas também a bioeconomia pensando na utilização sustentável desses recursos e a promoção de soluções baseadas na natureza para os problemas e gargalos vividos hoje e previstos para um futuro de extremos climáticos;

– Enfrentar o debate e instituir políticas públicas relacionadas ao uso do fogo na agricultura. Essas iniciativas devem atuar para o manejo integrado do fogo nas Unidades de Conservação e Terras Indígenas, bem como para a geração de alternativas ao uso do fogo na agricultura;

- Fortalecer o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação* (SNUC) para a manutenção da biodiversidade nacional, bem como desenvolver o sistema de monitoramento ambiental, com o fortalecimento do Inpe e das parcerias com a China e demais países para o desenvolvimento de satélites próprios;
- Investir em um grande programa de inclusão – *Floresta Digital* – com sistema de conexão com a internet para os povos e populações que vivem e conservam as florestais brasileiras;
- Retomar e ampliar o programa Bolsa Verde;
- Reformular e potencializar a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM–Bio) com a participação das populações tradicionais;
- Incentivar a criação e operacionalização de cooperativas comunitárias de base florestal.

Água, energia, usos múltiplos e saneamento

O Brasil possui de 12 a 18% da água doce superficial do planeta, que, no entanto, encontra-se desigualmente distribuída sobre nosso território. O modelo predatório de desenvolvimento reflete na sucessão de cheias e alagamentos no campo e na cidade e de secas extremas, o que demonstra a fragilidade dos nossos recursos hídricos diante das mudanças climáticas que trazem uma influência direta sobre o ciclo hidrológico. Nesse contexto, os instrumentos de planejamento que possuímos tornam-se cada vez mais insuficientes para oferecer segurança hídrica para a sociedade, para as atividades econômicas e para o meio ambiente. São necessários instrumentos que incentivem

e promovam mudanças de produção e nos padrões de consumo de água nas casas, indústrias, serviços e na agricultura e que preparem o país para uma melhor gestão das águas de forma a evitar a sua escassez que podem gerar as crises hídricas que serão cada vez mais frequentes e intensas.

A Assembleia Geral das Nações Unidas reconhece desde 2010, por meio da Resolução 64/292 de 28 de julho de 2010, o direito à água potável e o saneamento como um direito essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos. Precisamos desenvolver ações e investimentos em saneamento público para incorporar efetivamente esse marco dos direitos humanos na política pública sobre água no Brasil, baseando-a no princípio da igualdade e da não discriminação para atender com prioridade as populações que acumulam diversas vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais.

Reconstruir o *Plano Nacional de Recursos Hídricos* (PNRH), em articulação com os estados, com a incorporação da perspectiva da transição ecológica e com alinhamento das leis orçamentárias, estabelecendo um novo modelo de planejamento, gestão e execução dos programas e ações, junto com o fortalecimento da gestão participativa, dando maior responsabilidades para as Conferências, Conselhos e órgãos colegiados. Essa reconstrução deverá fortalecer ou instituir comitês populares de bacias, promovendo a horizontalidade e a participação social nas ações. O novo PNRH passará a considerar fortemente os impactos das mudanças climáticas, os efeitos do desflorestamento e a importância do controle social na implementação e monitoramento da Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH). Os Planos de Bacia devem afirmar o seu caráter estratégico no planejamento e na gestão de água. Os Planos de Recursos Hídricos das bacias

6. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br>.

7. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101748.pdf>.

federais devem ter empoderamento legal para orientar, de fato, o uso das águas nessas regiões, garantindo seu desenvolvimento social, econômico e ambiental. Todo o sistema de águas retornará ao Ministério de Meio Ambiente, assegurando sua integração com o SISNAMA e as políticas ambientais.

Deverão ser revistos aspectos da Lei 14.026 de 2020 que alteraram o marco legal do saneamento básico, recuperando o papel das empresas públicas e dos serviços municipais de água e esgoto, garantindo o interesse público e a governança social em uma nova base normativa. O investimento público deixará de ser o motor da privatização das empresas e terá como objetivo a garantia de acesso ao serviço, com qualidade adequada e tarifas justas. Além disso, introduzir na lei a utilização de novas tecnologias de uso da água para o abastecimento humano e para o tratamento dos efluentes, bem como incentivar o reuso da água cinza e o aproveitamento da água pluvial em escala urbana e rural. Nas cidades, é necessário uma política de investimentos para a sustentabilidade, visando a implantação de saneamento básico e fornecimento de água para toda a população articulada a uma política de reforma urbana que paute a reestruturação do espaço urbano.

Resíduos sólidos

A Lei 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), uma conquista do governo Lula, continua bastante atual e contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário no tratamento desse problema, entretanto não tem sido implementada, especialmente na parte da destinação final dos resíduos e fechamento dos lixões. Deve ser nossa prioridade a implementação da lei, a não postergação dos prazos para o

seu cumprimento e a utilização de novas tecnologias para usar os resíduos como fonte de energia e diminuição da poluição e emissão de carbono, além do reuso e da reciclagem.

- Apoiar a realização da compostagem nas fontes geradoras, criar áreas de compostagem, e incentivar a biodigestão com forma de tratamento para a fração orgânica dos resíduos sólidos;
- Implementar o *Programa Nacional pela Reciclagem Popular - Pró-Catador*, com objetivo de valorização da reciclagem com inclusão de catadoras e catadores com ações efetivas de geração de trabalho e renda, combate à fome, estruturação tecnológica e crédito popular para associações e cooperativas, entre outras iniciativas a serem construídas em diálogo com as organizações e movimentos populares.

Oceanos

O oceano, por muito tempo foi visto como uma fonte ilimitada de recursos e a demanda por recursos marinhos e usos do mar tem aumentado significativamente nas últimas décadas. O Brasil é um dos países com uma das maiores zonas costeiras do mundo, que se estende por 17 estados e mais de 400 cidades. Toda a área que o país é responsável por governar e manejar equivale à metade do território nacional, por isso é importante inserir este debate como uma questão de soberania nacional. O oceano recebe o impacto desse modelo de desenvolvimento predatório, absorvendo, por exemplo, muito gás carbônico, poluição diversa e boa parte do lixo que descartamos.

Como reflexo das mudanças climáticas, a elevação do nível do

mar já está provocando a destruição das edificações costeiras e obrigado a população que habita esses locais a migrar. Nesse sentido, precisamos de políticas públicas que enfrentem o aquecimento global e que promovam adaptações e o uso sustentável e a conservação dos oceanos. Essas iniciativas passam por diversos temas, como o turismo, a aquicultura e a pesca, a atividade portuária e navegação, a conservação da biodiversidade, a delimitação marinha e política nacional marinha, assim como a revisão da política de exploração de petróleo, e o tratamento que é dado para a poluição da zona costeira.

– Lutar pela aprovação do PL 6969/2013, que institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar). Transformada em lei, aprovada em diálogo com toda a população, servirá de base para elaboração de um Plano Nacional que articule a promoção da conservação marinha aliada ao uso sustentável dos recursos naturais a partir de inúmeras iniciativas, como o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro, o investimento em pesquisa marinha e oceanográfica, entre outras;

– Criar o Sistema Nacional de Gestão Pesqueira que organize o monitoramento e a estatística pesqueira no Brasil com objetivo de subsidiar políticas para promoção da pesca sustentável que respeite os limites dos nossos oceanos e promova adaptações para os impactos que o aquecimento e a acidificação do oceano terão sobre as atividades;

– Investir em educação, ciência e cultura oceânica como forma de reconhecer e difundir o bioma marinho brasileiro, promovendo o desenvolvimento de um processo de valorização de seus produtos e serviços, assim como o desenvolvimento para eventuais emergências climáticas e socioambientais;

- Reconhecer e apoiar a pesca artesanal como uma atividade econômica e cultural brasileira, que representa um modo de vida indissociável com a natureza e que contribui para a geração de renda e produção de alimentos para milhões de famílias brasileiras. Nesse processo, discutir e viabilizar alternativas de adaptação para os cenários relacionados às mudanças climáticas e as respectivas ameaças à segurança do trabalho e à qualidade de vida dessa fração vulnerável de nossa sociedade;
- Fomentar a restauração e a implementação de unidade de conservação para fortalecermos o sequestro e imobilização de carbono em ambientes costeiros reconhecidos como Carbono Azul: Manguezais, Marismas, e Bancos de Algas e de Gramas Marinhas;
- Fomentar a restauração e a implementação de unidade de conservação para fortalecer os diferentes serviços ecossistêmicos de recifes biogênicos entre outras formações costeiras que representam abrigo e local para a reprodução da biodiversidade marinho/costeira, mas que também protege nosso litoral da ação erosiva de eventos de tempestades, furacões e ciclones.

Direitos dos animais

Os animais não humanos possuem natureza biológica e emocional e são seres sencientes, passíveis de sentir, de forma consciente, dor, amor, medo, prazer, sofrimento. Todos os animais têm direito à existência em um contexto de equilíbrio biológico e ambiental, de acordo com a diversidade das espécies, raças e indivíduos, sendo necessário formular políticas públicas específicas a cada grupo.

Para além do direito intrínseco que cada animal possui, importante

ressaltar que quando violamos os direitos animais, os humanos também acabam vitimados, seja pela proliferação de pandemias (como a Covid-19), pelo efeito na degradação ambiental, pela repercussão na saúde, e pelos desdobramentos na segurança e soberania alimentar. A preocupação com o bem-estar dos animais e o repúdio a atos cruéis, degradantes e dolorosos contra esses são exigências da sociedade brasileira – na qual 40% dos lares têm, pelo menos, um cão; 19% têm, pelo menos, um gato e 14% das pessoas se declaram veganas ou vegetarianas – e valores protegidos pelo Estado brasileiro. Buscando um horizonte ético, justo, solidário e inclusivo, apontamos iniciativas necessárias para a construção de uma Política Nacional de Direitos dos Animais.

- Criar a Secretaria Nacional de Direitos Animais, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com coordenações específicas para animais domésticos, familiares, silvestres e os utilizados na produção e na ciência;
- Implantar o programa de esterilização permanente de cães e gatos, em conjunto com estados e municípios, com atendimento prioritário de tutores de baixa renda, de animais não domiciliados e aqueles sob a tutela de protetores e ONGs;
- Criar o Conselho Tutelar de Proteção Animal, responsável pelo acompanhamento de casos de maus-tratos, pela assistência a animais em estado de vulnerabilidade e pelo apoio a ONGs e protetores;
- Criar o SUS e SAMU Animal, em consonância com o preceito de Saúde Única, por ser indissociável a saúde animal, humana e ambiental. Cada real gasto em saúde animal representa economia na saúde humana;

- Atuar pelo fim de espetáculos com a apresentação e exibição de animais para entretenimento humano, como circos, parques de diversões, rodeios e vaquejadas;
- Atuar pelo fim da caça e pesca esportiva, e pela proibição de pássaros em gaiolas e cativeiros;
- Proibir a criação comercial de animais silvestres, pois tem animal silvestre virando gado e pet, o que é inconstitucional;
- Combater o tráfico de animais silvestres, fortalecendo os órgãos de fiscalização e tornando-o um crime de maior potencial ofensivo;
- Banir o uso de animais em atividades de ensino, pesquisa e testes laboratoriais para produção de produtos cosméticos e de higiene, incentivando a pesquisa e a adoção de métodos alternativos na indústria farmacêutica, assim como já foi feito pelo Parlamento Europeu, desde 2009;
- Proibir a crueldade extrema contra os animais de produção, banindo práticas como a exportação de gado vivo, a marcação de animais a ferro, o *foie gras*, a produção da carne de vitela (*baby beef*), e banindo a criação de animais em gaiolas na pecuária, tal como foi aprovado pelo Parlamento Europeu, em 2021;
- Apoiar e incentivar a difusão da alimentação vegetariana estrita, inclusive com a valorização de pequenos agricultores, da agricultura familiar, orgânica e permacultura, livre de agrotóxicos;
- Incentivar a pesquisa em agricultura celular, para produção de carne animal sem abate (carne de laboratório), com 80% menos

emissão de gases de efeito estufa, 96% de economia de água e 99% de redução no uso de terras usadas para a pecuária, para prevenir novos surtos virais e libertar da exploração bilhões de animais⁸.

Política ambiental e o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente

A passagem do presidente Bolsonaro vai ficar registrada na história pela destruição do meio ambiente, pela redução no orçamento da política ambiental, pela perseguição de servidores públicos e pelo conluio com infratores ambientais. A governança do meio ambiente assumiu um destaque negativo tanto no Brasil como internacionalmente. A reconstrução da Política Nacional de Meio Ambiente precisa passar pelo fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Nesse debate, a viabilização de recursos para o financiamento do Sistema, como programas específicos para estruturação das secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, é um dos componentes necessários.

- Fortalecer o CONAMA como órgão consultivo, normativo e deliberativo. Retomar a participação popular em todas as instâncias da governança da política ambiental federal, em especial, resgatar a composição do CONAMA com a participação da sociedade civil e organizações ambientalistas;
- Trabalhar pela implantação de uma *Nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental*, consolidando esse importante instrumento da política ambiental brasileira. A lei deve estabelecer

8. Carne cultivada deverá ter preço mais acessível em 2030, diz estudo. Disponível em: <<https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Pesquisa-e-Tecnologia/noticia/2021/03/carne-cultivada-devera-ter-preco-mais-acessivel-em-2030-diz-estudo.html>>. Acesso em: 18 jan. 2022.

a base jurídica e apontar para a sociedade sobre a necessidade de modernização e maior eficiência no licenciamento ambiental como um instrumento que resguarda direitos da sociedade e o cumprimento dos padrões legais previstos e com uma iniciativa que qualifica os projetos e melhora o padrão de performance ambiental e social dos empreendimentos, ao contrário dos relatórios do PL atualmente na pauta do Congresso Nacional que atende apenas aos interesses de setores econômicos poderosos;

- Valorização e fortalecimento dos servidores e das carreiras relacionadas à política ambiental;

- Realizar uma Reforma Tributária que, além de ser progressiva e incidir sobre a renda e patrimônio dos mais ricos, estimule práticas sustentáveis pelos agentes econômicos;

- A promoção da Educação Ambiental (EA) é um instrumento fundamental da Política Nacional de Meio Ambiente. A EA deve atuar em todos os níveis de ensino e formas de educação da sociedade, em caráter formal e não formal, como uma obrigação compartilhada entre Estado e Sociedade Civil. Em respeito à Constituição Federal e à lei que instituiu a Política Nacional de EA (PNEA), deverá ser fortalecido o ProNEA (Programa Nacional de Educação Ambiental), recriando o Órgão Gestor e o Comitê Assessor da PNEA para a promoção da EA. Além da recriação das instâncias responsáveis pela EA no MMA e nos órgãos ambientais, é imperativo garantir que os recursos orçamentários necessários estejam presentes no PPA de forma a viabilizar a formação continuada dos quadros das instituições e da sociedade civil, bem como a realização de suas ações;

- Implantar o Plano Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PNPSA) buscando recursos para inserir o princípio do conservador-recebedor dentro do escopo da política ambiental brasileira;

- Fortalecer o *Zoneamento Ecológico Econômico* (ZEE) como um instrumento da política e gestão ambiental brasileira que pretende compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação e conservação ambiental. Entender e fomentar a implantação do ZEE do ponto de vista participativo, crítico e cidadão;
- Promover o debate sobre a possibilidade de criação de um Sistema Único de Saúde Ambiental (SUSA) como uma estrutura de suporte técnico e complementação financeira para o sistema nacional, que assim como o SUS terá atribuições para zelar deste direito das gerações presentes e futuras por um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado. A instrumentalização dos sistemas municipais, estaduais e federais, de forma integrada, poderá fornecer as bases para o zoneamento, monitoramento, determinação de capacidade suporte, entre outros atributos fundamentais, para garantir o desenvolvimento sustentável nos diferentes ecossistemas e regiões do território nacional;
- Promover políticas públicas de financiamento, como apoio de bancos públicos, para a disseminação de tecnologias capazes de otimizar a conservação da água, gerando o uso mais eficiente, redução do consumo e de perdas no meio urbano e rural;
- Apoiar a implementação do tratamento terciário no sistema nacional de saneamento básico para que possamos não só solucionar os problemas relacionados à eutrofização, produção e disseminação de zonas mortas como também gerar biomassa que seja base para biorrefinarias e todo um conjunto de atividades de uma economia regenerativa e distributiva;
- Reconstruir a política de ciência nacional destruída pelo governo Bolsonaro com o fortalecimento do sistema nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (CT&I), por meio de nossas instituições de ensino e pesquisa, e do sistema nacional de

desenvolvimento de patentes que possam revelar e garantir a soberania nacional a partir dos produtos e processos inspirados na biodiversidade brasileira. Apoiar fortemente a ciência relacionada à sustentabilidade, descarbonização da economia, empreendimentos sustentáveis, distribuição de renda, biodiversidade, energias, saneamento, resíduos sólidos, entre outros temas ligados à agenda ambiental.

Os povos e comunidades tradicionais no Brasil: demandas históricas

Histórico de lutas pelo reconhecimento

As organizações da sociedade civil têm historicamente demandado e construído lutas para a autoafirmação de todos os segmentos (grupos étnicos) que foram invisibilizados desde o processo de colonização do Brasil. Essa trajetória de luta tem sido construída baseada na resistência e no enfrentamento. A Constituição Federal de 1988, nossa carta magna, nos artigos 68 e 231 reconheceu os povos indígenas e quilombolas, mas não os demais segmentos de outros grupos étnicos existentes. Os demais povos e comunidades tradicionais não se sentiam resguardados neste contexto no que diz respeito à sua diversidade e à defesa dos seus territórios, bem como à sua ancestralidade e o acúmulo de lutas proporcionou o encontro de diferentes grupos até então não acolhidos por uma política pública nacional.

Após amplas e diversificadas discussões com os Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, é criada a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, por meio do Decreto Federal nº 6040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). No artigo 3º do referido decreto, os povos e comunidades tradicionais são definidos como os “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Nesse processo, os PCTs conquistam um importante espaço no

contexto nacional, pois o reconhecimento e autoafirmação de segmentos que até então não eram conhecidos e nem apareciam nas políticas públicas como *sujeitos de direitos* tornaram-se visíveis e foram reconhecidos na PNPCT.

A criação da PNPCT foi o primeiro passo que conferiu visibilidade aos inúmeros segmentos de povos e comunidades tradicionais invisibilizados na Constituição Brasileira de 1988. Esse processo de reconhecimento dos direitos possibilitou colocar em prática o protagonismo dos PCTs na busca de consolidar a implementação de políticas públicas diferenciadas, a proteção da cultura, dos meios de vida e de defesa dos territórios tradicionalmente por eles ocupados.

No período de 2006 a 2014 ocorreram conquistas importantes por meio do protagonismo das diferentes comunidades tradicionais, principalmente na implementação de políticas públicas e garantia territorial de alguns segmentos, mas ainda são insuficientes frente à histórica questão fundiária no Brasil e à necessidade de demarcação das Terras Indígenas, criação de Reservas Extrativistas (RESEX), entre outras. Foi nesse período que mais avançamos na criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Territórios Quilombolas. Também avançamos no respeito à cultura e à proteção dos modos de vida.

A criação do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, instituído pelo Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, como colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, teve como objetivo acompanhar a implementação e aprimorar as políticas públicas para os Povos e Comunidades Tradicionais. O Conselho é composto por 28 segmentos de

PCTs: I – povos indígenas; II – comunidades quilombolas; III – povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; IV – povos ciganos; V – pescadores artesanais; VI – extrativistas; VII – extrativistas costeiros e marinhos; VIII – caiçaras; IX – faxinalenses; X – benzedeiros; XI – ilhéus; XII – raizeiros; XIII – geraizeiros; XIV – caatingueiros; XV – vazanteiros; XVI – veredeiros; XVII – apanhadores de flores sempre vivas; XVIII – pantaneiros; XIX – morroquianos; XX – povo pomerano; XXI – catadores de mangaba; XXII – quebradeiras de coco babaçu; XXIII – retireiros do Araguaia; XXIV – comunidades de fundos e fechos de pasto; XXV – ribeirinhos; XXVI – cipozeiros; XXVII – andirobeiros; XXVIII – caboclos; atendeu uma das nossas maiores demandas e tornou possível a ampliação do protagonismo dos PCTs nesse importante espaço.

A partir de 2016, com o golpe e destituição de um governo popular, vivenciamos um período nebuloso de retrocessos em que a luta se deu para não perder o que foi conquistado, sem nenhuma perspectiva de avanços em agendas positivas.

Contexto atual: retrocessos no governo Bolsonaro

Na eleição em 2018, o ainda candidato a presidente Bolsonaro se apresentava com uma grande possibilidade de retrocessos para os povos e comunidades tradicionais. As promessas de campanha soavam como um grande risco a conquistas dos anos anteriores, principalmente pelas ameaças alardeadas e prometidas nos palanques de campanha, como a não demarcação de mais nenhuma Terra Indígena e de nenhum Território Quilombola, o compromisso de não criar Unidades de Conservação e também da fragilização das existentes, entre outras questões que já chamavam a atenção.

O cenário apresentado na eleição se comprovou desde o início do seu governo. O atual presidente dedicou-se a desestruturar as políticas públicas que atendiam aos PCTs. Vivenciamos o maior período sem demarcação de Terras Indígenas, Quilombolas e Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Ocorrem inúmeras violações de Direitos Humanos, a perseguição de lideranças e o avanço avassalador da mineração, destruição das florestas e territórios dos povos e comunidades tradicionais. Imperam as recorrentes políticas de entreguismo e expropriação territorial, a cessão/privatização das riquezas do país. Além disso, este período é marcado pelo descaso e negacionismo que levou a milhares de mortes pela Covid-19.

Propostas para um novo governo democrático e popular

Diante do histórico de construção e resistências e do atual cenário de desconstrução por parte do atual governo é preciso buscar o esperarçar freiriano, no ano do seu centenário, e nos posicionar frente à retomada da democracia, a partir da participação popular na construção de um novo governo democrático e popular liderado pelo presidente Lula. A proposta precisa ser dialogada e construída conjuntamente, sendo os povos e comunidades tradicionais os interlocutores, em um compromisso a ser implementado num próximo governo sem ser esquecido o aprendizado desse período de agruras pelo que passamos.

Os povos e comunidades tradicionais não querem mais ser os outros nesse contexto, querem um lugar digno de reconhecimento de sua contribuição para a construção de um governo mais popular e para o povo. Dessa forma, o programa de governo deve contemplar as seguintes propostas:

- Compromisso com a implantação efetiva e a vigência da Convenção 169 da OIT;
- Fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT);
- Elaboração do Plano Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- Apoiar, acompanhar e incidir no processo legislativo do PL 4741/2019 que estabelece políticas públicas de desenvolvimento sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil;
- Criar mecanismos de proteção e autogestão dos territórios tradicionais;
- Fortalecimento do CNPCT e garantia de estrutura para funcionamento autônomo da Sociedade Civil do Conselho;
- Diálogo e exercício de escuta permanente com as representações dos diferentes segmentos dos PCTs para construção e reconstrução de políticas públicas;
- Reconhecimento e regularização dos inúmeros pedidos de criação de UCs pelos Povos e Comunidades Tradicionais parados na esfera governamental;
- Criação e implementação de uma instância de proteção às lideranças de Povos e Comunidades Tradicionais ameaçadas que garanta a continuidade dos seus modos de vida;
- Compromisso de reestruturação dos órgãos que se relacionam com os PCTs com pessoal qualificado e que respeitem suas especificidades.

A vida precisa ser defendida nas suas diversidades regionais representadas nos Povos e Comunidades Tradicionais que expressam riquezas ambientais, culturais, econômicas e de conhecimentos ancestrais. O Estado brasileiro tem um grande débito com os PCTs deste país, e em um novo governo popular podemos criar as condições necessárias para reparação e compensação a esses povos.

CADERNOS
TEORIAeDEBATE

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana 04117-091 São Paulo - SP

Fone: (11) 5571 4299 - www.fpabramo.org.br